

**UNITED STATES DISTRICT COURT  
IN THE  
SOUTHERN DISTRICT OF FLORIDA**

**ROGERIO CHAVES SCOTTON,  
Petitioner,**

**CASE NO: 12-CR 60049-KMW**

**Vs.**

**UNITED STATES OF AMERICA,  
Respondent.**

---

**MOÇÃO DO REQUERENTE PARA VATE SEU JULGAMENTO POR  
FRAUDE NO TRIBUNAL PARA REJEITAR A JURISDIÇÃO DE ACORDO  
COM Fed. R. CRIM. P. 12 (b) (2)**

Venha agora, o peticionário Rogerio Chaves Scotton ("Scotton"), por meio de pro se, respeitosamente move este Honorável Tribunal com esta moção para anular sua sentença devido a fraude no Tribunal para reivindicar jurisdição de acordo com o Fed. R. Crim. P. (12) (b) (2), (3) e afirma o seguinte:

Como questão inicial, Scotton respeitosamente solicita, como litigante pro se, que este Tribunal interprete sua moção liberalmente, de acordo com HAINES vs. KERNER, 404 U.S. 519, 92 S. Ct 594, 30 L. Ed. 2d 652 (1972), aceita todas as alegações factuais aqui contidas e detalhadas nesta moção como verdadeiras, e avalia todas as inferências razoáveis derivadas desses fatos à luz mais favorável ao Peticionário. TANNENBAUM vs. UNITED STATES, 148 F.3d 1262 (11th cir. 1998).

## **I. JURISDICTION**

A jurisdição do assunto “nunca pode ser renunciada ou perdida. ESTADOS UNIDOS vs. COTTON, 535 U.S. 625, 630, 122 S. Ct. 1781, 152 L. Ed. 2d 860 (2002). portanto, alegações de defeito podem ser feitas a qualquer momento. Veja, Fed. R. Crim. P. 12 (b) (2), (3) e estão sujeitos à revisão DE NOVO. Ver, UNITED STATES vs. ISGAR, 739 F.3d 829, 838 (5º cir. 2014).

Scotton ainda cita o Fed. R. Crim P. 12 (c) (3) que afirma: "Um Tribunal pode considerar a objeção defensiva ou o pedido se a parte mostrar uma boa causa". A seguir, o peticionário demonstrou sem qualquer dúvida numerosos atos de fraude que são uma boa causa.

## **II. BACKGROUND**

Em 26 de Fevereiro de 2014, Scotton perdeu um julgamento e, portanto, foi julgado culpado de vinte e sete acusações de fraude postal no que foi descrito como um roubo de serviços de transporte que afetava as empresas FedEx, UPS e DHL. Ver, UNITED STATES vs. ROGERIO CHAVES SCOTTON, no: 12-CR-60049-KMW.

FedEx, UPS e DHL não eram os destinatários de acordo com 18 U.S.C. § 1341

nem sofreram qualquer perda dos 27 pacotes falsamente sugeridos na acusação entregue.

Scotton apresentou no prazo sua notificação de apelação e, em 12 de Abril de 2016, o Décimo Primeiro Circuito confirmou a condenação com base em falsas conclusões judiciais sem qualquer evidência e a apelacao ineficaz do advogado.

Em 20 de Outubro de 2016, Scotton apresentou sua petição Mandado de Certiorari sem o benefício de um advogado. O que nunca passou da mesa do escrivão da Suprema Corte e foi negado em 11 de Dezembro de 2016.

Em 11 de Dezembro de 2017, Scotton apresentou sua petição de Habeas Corpus de acordo com 28 U.S.C. § 2255 que este Tribunal negou injustamente e ilegalmente. Apesar das inúmeras objeções apresentadas por Scotton citando CASTRO vs. ESTADOS UNIDOS, o tribunal se recusou a revisar e corrigir a reivindicação meritória de Scotton sob a lei CASTRO e inserir viés como um nexo para negar seus direitos constitucionais, em vez de aplicar a regra exigida e estabelecida pelo Tribunal Supremo.

Scotton apelou a negação do tribunal distrital de seu § 2255 em 24 de Agosto de 2018 que o Tribunal de Apelações do décimo primeiro circuito concedeu e vangloriou a negação ilegal em 7 de Março de 2019. O caso 2255 de Scotton foi reaberto e está atualmente pendente de resolução neste tribunal .

### **III. ARGUMENT OF THE ISSUE**

Em muitas ocasiões, Scotton apresentou para a revisão deste tribunal alegações de que o governo alegou que a FedEx, UPS e DHL são os destinatários exigidos pelo estatuto de §1341

(que é falso neste caso), e alegou que o agente do governo e o promotor conspiraram para subordinar testemunho de perjúrio, bem como ter apresentado, fabricado e não verificado planilhas que FedEx, UPS e DHL sofreram perdas em vinte e sete pacotes falsamente alegados na acusação foi entregue.

O tribunal de julgamento se recusou a averiguar se o governo havia realmente fornecido a Scotton os registros comerciais que o governo sugeriu apresentar sob os CDs de descoberta, para que ele pudesse inspecionar a precisão das planilhas apresentadas. O Tribunal ignorou que o promotor cometeu fraude que apresentou a teoria de roubo de serviço de transporte marítimo para as vinte e sete embalagens não entregues mencionadas na acusação, sem citar perdas. E, ao mesmo tempo, alegar que a FedEx, UPS e DHL foram os destinatários para os fins do § 134. De acordo com as transcrições do julgamento, o promotor instruiu erroneamente ao júri que “ROUBO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE” é “FRAUDE DE CORREIO”. A declaração de AUSA Mitrani não foi apenas baseada em evidências falsas e falsa teoria de vinte e sete pacotes não entregues sem perda de valor, mas violou a CLÁUSULA EX-POST da constituição.

Scotton apelou sob numerosas moções. No entanto, este tribunal, assim como o Décimo Primeiro Circuito, errou em suas conclusões ao não perceber o perjúrio subordinado ao governo e aceitou a instrução de falsa teoria de fraude postal de vinte e sete pacotes não entregues, planilhas fabricadas e não verificadas alegando perdas superiores a 2,5 milhões sem estabelecer o destinatário sob § 1341 neste caso. O governo sabia que os 27 pacotes não foram entregues e, portanto, não poderiam causar quaisquer perdas ou estabeleceu que a FedEx, UPS e DHL são os destinatários sob § 1341 neste caso.

A instrução do júri, neste caso, exigia que o júri descobrisse a fraude “afetando o destinatário” de acordo com as vinte e sete acusações da acusação. (ênfase adicionada). O júri não fez isso.

## **THE ONLY REFERENCE AT TRIAL TO A LOSS TO THE COMPANIES WAS UNDER THE FABRICATED SPREADSHEETS**

Scotton afirma que o Tribunal entendeu mal que foi a apresentação do governo neste caso que FedEx, UPS e DHL foram os destinatários e sofreram perdas financeiras sob os vinte e sete pacotes falsamente mencionados que foram entregues, o que foi uma fraude premeditada e, como tal, o tribunal carece de jurisdição de matéria de caso para o caso criminal de Scotton. Na verdade, o promotor público, o agente e os advogados de defesa estavam atolados em uma conspiração para fraudar o tribunal fabricando evidências de destinatários falsos e 27 pacotes sugerindo falsamente que foram entregues.

Scotton teve um 28 U.S.C. § 2255 moção pendente neste tribunal sob o caso nº: 17-CR-62428-KWM, ao qual o governo entregou a este Tribunal sua moção de resposta de 91 páginas contendo reivindicações que não abordavam nenhum dos constitucionais substanciais levantados por Scotton em seu pedido de justiça. Entre as reivindicações de Scotton, ele aborda a assistência ineficaz de advogado, fraude e má conduta do Ministério Público.

O fato de a condenação de Scotton ainda não ter sido anulada repousa sobre um Tribunal que não entende a fraude grave cometida neste caso ou considera "contrário à lei" por ignorar os direitos constitucionais do peticionário, a jurisprudência e as regras de procedimento.

Scotton agora exige que suas condenações sejam anuladas por falta de jurisdição e fraude no Tribunal para afirmar a jurisdição seguida de audiência para determinar a compensação pela falsa prisão de Scotton.

### **IV. ARGUMENT OF AUTHORITY**

Scotton afirma que nada menos do que uma ordem anulando seu julgamento de condenação e sentença é um endosso de uma estratégia tática em que a fraude no tribunal é aceitável para afirmar a jurisdição em um caso criminal.

Além disso, qualquer coisa que não seja anular imediatamente a sentença e condenação de Scotton é uma violação da cláusula do devido processo da décima quarta emenda, que proíbe o governo de usar intencionalmente perjúrio ou falso testemunho no julgamento, o que todo o registro mostra neste caso. Ver, GIGLIO vs. UNITED STATES, 405 U.S. 150, 153-54, 92 S. Ct. 763, 31 L. Ed 2d 104 (1972); NAPUE vs. PEOPLE OF STATE OF ILL, 36 U.S. 264, 269, 79 S. Ct. 1173, 3 L. Ed 2d 1217 (1959).

Nesse caso, o governo solicitou conscientemente um falso testemunho para afirmar a jurisdição em um caso criminal.

Se o tribunal continuar a endossar a fraude, neste caso, que a FedEx UPS e a DHL foram o destinatário, (que são exigidos pelo estatuto § 1341) que sofreu perdas sob os alegados 27 pacotes mencionados na acusação, falsamente sugeridos que foram entregues, então o governo derrotou o sistema, negando a necessidade de Juízes, Júris e Tribunais em geral.

A fraude para afirmar a jurisdição foi premeditada como estratégia tática, violando os direitos constitucionais de Scotton sob a sexta emenda de um julgamento justo e a décima quarta emenda ao devido processo, que deve ser insustentável para o interesse público e destrói a reputação pública do tribunal.

O governo foi mais longe e utilizou vários documentos alterados e não verificados, alguns dos quais o Tribunal se recusou a tratar em julgamento e sentença. (Ver § 2255 exposições e registros de julgamento).

Em ESTADOS UNIDOS vs. RUSSEL, 411 US 423, 93, S. Ct. 1637, 36 L. Ed 2d 366 (1973), a Suprema Corte reconheceu que a conduta de aplicação da lei poderia ser "tão ultrajante que os princípios do devido processo impediriam absolutamente o governo de invocar processos judiciais to obtain a conviction". Se violasse "aquela equidade fundamental, abalando o senso universal de justiça, exigido pela cláusula do devido processo da quinta emenda". 411 US em 431-432 (citação omitida).

O remédio para uma conduta governamental ultrajante que equivale a uma violação constitucional é a reversão da condenação que foi garantida por meio da má conduta. ESTADOS UNIDOS contra CISKOWSKI, 482 f.3D 1264, 1270 (11º Cir. 2007).

Para atingir o nível de violação constitucional, no entanto, a conduta do governo deve ser verdadeiramente chocante, "tão ultrajante que é fundamentalmente injusto". Eu iria. Uma violação do devido processo desse tipo ocorreria apenas nas "circunstâncias mais raras e ultrajantes. AUGUSTIN, 661 F.3d em 1122 (citação omitida).

Quando os agentes do governo meramente fornecem contrabando ou "fornecem outros serviços essenciais" a alguém que é um participante voluntário em um esquema criminoso, não há violação constitucional. UNITED STATES vs. SANCHEZ, 138 F3d 1410, 1413 (11th Cir. 1998); Ver também, HAMPTON vs. UNITED STATES, 425 U.S. 484, 405 N.7 96 S. Ct. 1646, 48 L. Ed. 2d 113 (1976) (Powell J. concordando) ("[o] caso, se houver, em que a prova de preposição não é dispositiva será raro).

O caso de Scotton foi realmente ultrajante com agentes do governo adulterando registros e adulterando alegados registros corporativos, criando gráficos não verificados alegando perdas não comprovadas contraditórias de serviços de transporte fornecidos pela FedEx, UPS e DHL e fornecendo testemunho perjúrio de registros de negócios inexistentesO promotor se envolveu em

um plano injusto para violar a lei e perverter o curso da justiça. Inicialmente, por acusação, o governo alegou que as empresas de transporte, FedEx, UPS e DHL, não sujeitas à jurisdição do Tribunal, foram fraudadas 27 vezes sob a alegação de entrega falsa de 27 pacotes, ao mesmo tempo, apresentaram o mesmo alegados vinte e sete pacotes no julgamento. Nenhum valor de perda foi mencionado. Foi ainda alegado que o roubo de serviços de transporte marítimo é considerado fraude por correio legal e que as empresas de transporte marítimo eram o destinatário, um componente necessário para a jurisdição do objeto.

Scotton nunca enviou nada a essas empresas, causando perdas de dinheiro ou propriedade, o que é necessário para formar o delito de acordo com § 1341, nem a acusação mencionou qualquer valor de perda.

O governo alegou falsamente sob vinte e sete acusações que Scotton fraudou FedEx, UPS e DHL sob o estatuto de fraude fraudulenta de acordo com 18 U.S.C. § 1341. A alegação da acusação afirmava que em vinte e sete ocasiões, Scotton usou os serviços de remessa das empresas sem pagar o custo dos serviços de remessa. A acusação alegou que os vinte e sete pacotes foram entregues. No julgamento, o governo exibiu vinte e sete pacotes alegando ser os mesmos pacotes alegados na acusação que foram entregues. Não houve valor de perda mencionado dos vinte e sete pacotes nem as empresas ofereceram qualquer fatura ou cobrança de perdas. Em vez disso, para provar além do razoável que Scotton cometeu um delito de fraude postal de acordo com § 1341 vinte e sete contagens, o governo sugeriu fraude postal sem um destinatário que é necessário para formar a base do delito.

Neste caso, o governo obteve uma condenação sob a acusação de perjúrio de testemunhas, falsidade e declarações enganosas a este tribunal. Assim, este Tribunal não poderia mais identificar os limites de uma fraude neste caso que o Congresso poderia. Mas adotaram cartório, e isso



depende de análise, ao transferir para o júri a responsabilidade pela definição do estatuto da fraude postal federal neste caso. O júri neste caso foi forçado a decidir qual era a fraude legislada nessas vinte e sete acusações de fraude postal que não continham valor de perda. O governo falhou em fornecer uma definição adequada e precisa do esquema de fraude sob os alegados vinte e sete pacotes não entregues mencionados na acusação sob § 1341. Especialmente porque as empresas não sofreram quaisquer perdas nas vinte e sete acusações.

As vinte e sete contagens não foram “dinheiro ou propriedade” no sentido do estatuto de fraude postal. Os serviços de transporte alegadamente usados por Scotton para enviar as alegadas vinte e sete contas aos clientes de Scotton, que, na verdade, deveriam ser neste caso o destinatário sob § 1341, não se enquadram no estatuto. A instrução do júri, por outro lado, estava errada e inválida. YADE vs. ESTADOS UNIDOS, 354 U.S. 298, 312 77 S. Ct. 1064, 1 L. Ed. 2d 1356.

A condenação de Scotton não pode permanecer porque a acusação repousa em parte, na construção indevida, imprópria e falsa de "fraude postal", alegando o uso impróprio do serviço de transporte de vinte e sete pacotes não entregues sem perda de valor. Pior ainda, alegar injustamente que FedEx, UPS e DHL são os destinatários exigidos pelo § 1341. SKILLING vs. UNITED STATES, 558 U.S. 130 S. Ct. 393, 175 L. Ed. 2d 267 (2009).

Não há nenhum elemento de crime de fraude postal neste caso, porque de acordo com as vinte e sete acusações, nenhum destinatário foi fraudado ou qualquer destinatário sofreu perda de valor. Alegações de que os serviços de transporte usados conforme mencionado na acusação e no julgamento não classificam o objetivo da fraude postal sob § 1341. WHEYHRAUYH vs. ESTADOS UNIDOS, 97 l. Ed. 2d 292, 493 U.S. 350 (1987); SKILLING vs. ESTADOS UNIDOS, YATE vs. ESTADOS UNIDOS.

Scotton afirma que o governo apresentou falsa acusação e durante o julgamento introduziu mais falsa teoria de fraude postal diferente das mencionadas no acusação baseada em gráficos não verificados fabricados. Na verdade, os gráficos sugeriram falsamente que Scotton abriu uma conta FedEx sob a empresa Citrix, em 11 de agosto de 2008 e despachou a acusacao dois em 8 de agosto de 2011. Além disso, os gráficos sugeriram falsamente que Scotton abriu outra conta de remessa FedEx sob a empresa chamada , Rio Motor Sport em 7 de Setembron de 2001 e ainda alegou que o primeiro pacote foi enviado sob esta conta em 8 de Outubro de 2001 Sendo que a mesma conda foi fechada em setembro 18, 2001. Os registro mostram claramente que Scotton começou seu virtual shopping online em 2007.

Apesar das inúmeras objeções feitas por Scotton no julgamento e em todo o caso de que os gráficos nunca foram fornecidos antes do julgamento e não foram fornecidos nos CDs de descoberta, conforme sugerido pelo governo, o juiz de julgamento declarou falsamente em registro que o governo havia fornecido os gráficos e registros comerciais para a Scotton durante o processo de descoberta. Assim, os registros e evidências do julgamento mostram que isso é falso. (Ver DE-511 pg 42; DE511 pg 126; DE511 pg 128; 470 pg 90-91).

Scotton assinalou que em diferentes moções apresentadas neste Tribunal, ele alegou que as vinte e sete acusações nunca foram mencionadas nos gráficos apresentados no julgamento. No entanto, a atenção do júri foi desviada das alegadas vinte e sete acusações mencionadas na acusação. O governo não provou as perdas para as supostas 27 acusações de condenação nos termos do § 1341. E o cálculo das perdas durante a sentença é um erro claro porque o tribunal apenas se baseou nesses gráficos não verificados em vez de calcular as perdas para as 27 acusações de convicção. Esse cálculo foi feito erroneamente durante a sentença porque as vinte e sete contagens de condenações não mencionaram os valores das perdas. A teoria e interpretação do

governo da fraude postal sob § 1341 é rejeitada pela opinião da Suprema Corte em SKILLING vs. ESTADOS UNIDOS, 558 U.S. 130 S. Ct. 393, 175 L. Ed. 2d 267 (2009). Aqui, neste caso, a teoria do governo de que as alegadas 27 contagens são falsas e não são um elemento factual de constatação de crime sob o significado de fraude postal. YATE vs. ESTADOS UNIDOS, 354 U.S. 298, 312, 77 S. Ct. 1064, 1 L. Ed. 2d 1356 (1957); SKILLING vs. ESTADOS UNIDOS, 556 U.S. 130 s. Ct. 393, 175 L. ed. 2d 267 (2009); MCNALLY, 483 U.S. em 97 L. Ed. 2d 242, 107 S. Ct. 2875.

Se o Tribunal tivesse jurisdição sobre o assunto criminal subjacente de Scotton, porque o governo alegou falsamente que vinte e sete pacotes foram entregues sem sequer mencionar os valores perdidos, o governo sabia que faltava prova para apoiar a reclamação. “A jurisdição do objeto definia a autoridade do tribunal para ouvir um determinado tipo de caso”. ESTADOS UNIDOS vs. MORTON, 467 U.S. 822, 828, 104 S. Ct. 2769, 81 L. Ed. 2d 680 (1984); UNITED STATES vs. BROWN, 752 F.3d 1344, 1348 (11th Cir. 2014) (citação omitida). Para crimes federais, os tribunais distritais recebem a jurisdição original de acordo com 18 U.S.C. § 3231. Ver, MARROM, 752 F.3d em 1348. Contanto que a acusação acuse o réu de violação de uma lei federal válida conforme promulgada no código dos Estados Unidos, ela alega um delito contra a lei dos Estados Unidos e, assim, invoca a jurisdição do assunto do Tribunal Distrital. Eu iria. Em 1354 (citando ALIKHANI vs. ESTADOS UNIDOS, 200 F.3d 732, 734-05 (11th Cir. 2000)).

Tão astuta e enganosa foi essa fraude que o governo inicialmente apresentou a acusação, sabendo que não poderia encontrar provas. No julgamento, o governo simplesmente alterou de forma construtiva da acusação que exige fraude. No entanto, um defeito de jurisdição não pode ser inadimplente de forma processual porque um defeito na jurisdição do objeto não pode ser dispensado. ESTADOS UNIDOS vs. COTTON, 535 U.S. 625, 630, 122 S. Ct. 1781, 152 L. Ed 2d

860 (2002) (“[s] assunto-objeto, porque envolve o poder de um tribunal para ouvir um caso, nunca pode ser confiscado ou dispensado. Consequently, defects in subject-matter jurisdiction require correction regardless of whether the error was raised in district Court”.); HOWARD v. UNITED STATES, 374 F.3d 1068, 1071 (11<sup>TH</sup> Cir. 2004)(“A jurisdictional defect cannot be waiver or procedurally defaulted and a defendant seek post-conviction relief nee not to show cause and prejudice to testify his failure to raise on”). “[D]effect in subject-matter jurisdiction require correction regardless of whether the error was raise in district Court” and “[t]he lack of subject matter-jurisdiction can never be waiver by parties to litigations”. ALLISON vs. SEC’Y, DOC, no. 2:12 CV-11-FTM-29-DNF, 2014 U.S. Dist. Lexis 68487, 2014 WL 2090865, at \*3 (M.D. Fla May 19, 2014)(citation and internal marks omitted)(citing, UNITED STATES vs. PETER, 310 F.3D 709, 712 (11<sup>TH</sup> Cir. 2002)(per curiam)). See also, SIMMERER vs. UNITED STATES, no 6:07-CV-300-ORL-31 KRS; 6:04-CR-007-ORL 31krs, 2008 U.S. Dist. Lexis 30772, 2008 WL 879091, at \*1 (M.D. Fla. Mar. 31, 2008)(citing UNITED STATES vs. COTTON, 535 U.S. 625, 630, 122 S. ct. 1781, 152 L. Ed. 2d 860 (2002)) (“[s]subject-matter jurisdiction can never be forfeited waive because it involves a court’s power to hear a case”).

Scotton pode apresentar seus desafios à jurisdição a qualquer momento e, como tal, seu arquivamento de regra federal 12 ainda é válido.

O governo afirma que FedEx, UPS e DHL sofreram perdas nas 27 acusações mencionadas na acusação durante o pré-julgamento. Portanto, Scotton foi negado o desafio óbvio à jurisdição pré-julgamento porque nunca foi alegado as perdas das 27 acusações de acusação no julgamento. Scotton inicialmente citou o Fed. R. Crim. P. 12 (b) (2) Scotton cita também a regra 12 (c) (3), que afirma: “Um tribunal pode considerar a defesa, objeção ou solicitação se a parte apresentar uma boa causa”. Não pode haver dúvida de que a fraude é uma "boa causa" e onde o governo não

revelou seu plano injusto até o meio do julgamento, a moção de Scotton deve ser considerada OPORTUNA e tal fraude CONSIDERADA BOA CAUSA. Além da reclamação fraudulenta de vinte e sete pacotes entregues sem perda de valor, o próprio julgamento do promotor determinou que a FedEx, UPS e DHL sofreram mais de \$ 2,5 milhões de dólares em diversos gráficos fabricados e não verificados, alegando ilegal e indevidamente fraude postal Além disso, uma violação da CLÁUSULA EX-POST FACTOR do Artigo 1§ 9 CL3 da constituição, que proíbe o Congresso e os Estados de promulgar “qualquer lei que imponha uma punição àquela então prescrita”. WEAVER vs. GRAHAM, 405 U.S. 24, 28, 101 S. Ct. 960, 964, 67 L. Ed. 2d 17 (1981) (citando CUMMINGS vs. MISSOURI, 71 us (4. Wall) 277, 325-326, 18 L. ed. 356 (1867) (citações internas omitidas). Dois elementos são necessários "para um criminoso ou a lei penal deve ser um fator EX-Post: deve prejudicar o infrator por isso ". Eu iria. Em 29. Ver também ESTADOS UNIDOS vs. CAUFIELD, 634 F.3d 281, 283 (5º Cir. 2011). O governo sabia que não havia jurisdição subjacente para este caso porque não foi possível provar a ligação necessária de perdas para-FedEx, UPS e DHL de acordo com as 27 acusações mencionadas na acusação de acordo com o estatuto de fraude postal. Essas três empresas não podiam alegar que perderam dinheiro nos 27 pacotes falsamente mencionados entregues na acusação e provavelmente lucraram declarando perdas falsas no seguro ou perdas falsas no imposto de renda. O governo sabia que os CDs de descoberta estavam vazios e que não existiam registros comerciais para revisar a precisão dos inúmeros gráficos fabricados apresentados no julgamento.

Em resumo, não se trata apenas de falta de jurisdição e falhas técnicas jurídicas, mas de uma fraude para perverter o curso da justiça e encarcerar um piloto profissional de corrida e um membro do público.

Nenhum dos escritórios do Tribunal neste caso se moveu publicamente para negar as fraudes cometidas ao longo deste caso.

Scotton afirma que houve mais de QUINTO atos de fraude neste único caso de réu, no qual incluindo adulteração e alteração de provas documentais, ameaças de testemunhas, testemunho de perjúrio que foi necessário para condenar falsamente e encarcerar um homem inocente. Tudo em violação da sexta, oitava e décima quarta emendas da constituição, além de uma infinidade de estatutos criminais existentes.

Scotton afirma ainda que o papel do Tribunal é limitado a julgar os méritos e tal o governo deve, por uma questão de lei, responder à moção de Scotton. Assim, esta condenação deve ser desocupada e o processo arquivado.

Respeitosamente enviado,

---

ROGERIO CHAVES SCOTTON  
5201 BLUE LAGOON DRIVE, STE 800  
MIAMI, FL 33126

**PROOF OF SERVICE**

I Rogerio Chaves Scotton, do certify that on this February 10, 2020, I have served the attached motion to vacate judgment pursuant to Fed. R. Crim. P. 12(b)(2) (which is under the Petitioner constitutional rights) on the Southern District Florida in the above proceedings. I have served this motion via, United States Postal Services (USPS) certified mail.

Respectfully Submitted,

---

ROGERIO CHAVES SCOTTON  
5201 BLUE LAGOON DRIVE, STE 800  
MIAMI, FL 33126